

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA INOVADORA DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): O CASO DO CANAL MINAS SAÚDE, MINAS GERAIS, BRASIL.

Lizziane d' Ávila Pereira¹

Fernando Antônio Gomes Leles²

Roseni Rosângela Sena³

RESUMO

O presente trabalho relata a experiência do Canal Minas Saúde, estratégia implantada pelo Governo de Minas Gerais para desenvolver atividades de informação, comunicação e educação, por meio de rede estratégica multimídia, de forma mais eficiente e com melhor qualidade. As estratégias educacionais desenvolvidas qualificam os profissionais dos serviços públicos de saúde e, por consequência, a melhoria dos serviços prestados à população no âmbito da saúde. A opção pelo Canal Minas Saúde está relacionada às características do Estado, no intuito de estabelecer um processo educacional que privilegia a agilidade, a acessibilidade, a uniformidade da linguagem, a qualidade e a redução dos custos.

Palavras-chave: Educação permanente em saúde; Educação à distância; Gestão em saúde; Saúde Pública; Comunicação e informação em saúde.

¹ Enfermeira. Especialista em Gestão em Saúde com ênfase em Saúde Pública. Referência técnica da Coordenadoria da Rede de Hipertensão e Diabetes – Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Mestranda da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais em Educação em Saúde e Enfermagem. Belo Horizonte – MG. E-mail: liz.davila@hotmail.com. Fone: (31) 39159941

² Administrador Público, Especialista em Economia da Saúde. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Governo do Estado de Minas Gerais e Consultor da Organização Pan-Americana da Saúde (PAHO/OMS). Mestrando da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Brasília – DF. E-mail: fernando.leles81@gmail.com. Fone: (31)91855295

³ Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo. Professora Emérita da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: rosenisena@uol.com.br. Fone: (31) 9951-8838.

INTRODUÇÃO

Minas Gerais é uma das 27 unidades federadas do Brasil, compondo, juntamente com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a Região Sudeste. O estado possui uma população superior a 19 milhões de habitantes, distribuída em 853 municípios e, ainda, uma grande extensão territorial (586.522,122 km²), superior a países como França e Espanha, e apresentando uma densidade demográfica de 33,41 hab/Km². Diferentemente de outros estados brasileiros, a população mineira encontra-se pouco concentrada na capital, que atualmente possui cerca de 2,5 milhões de habitantes.

Para fins de organização do sistema de saúde e atendimento ao princípio constitucional de regionalização, os municípios encontram-se organizados em 77 microrregiões e 13 macrorregiões, recentemente denominadas regiões de saúde e regiões ampliadas de saúde respectivamente. Em linhas gerais, cabe à totalidade dos municípios prover a atenção primária – preferencialmente por meio da Estratégia de Saúde da Família, enquanto que as microrregiões devem ser autossuficientes na provisão de serviços de atenção secundária e as macrorregiões de atenção terciária.

Conseqüentemente, para fazer frente às necessidades de saúde da população, há um grande quantitativo de profissionais de saúde atuando nos diversos pontos de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, o sistema padece de vazios assistenciais, dificuldades de alocação de profissionais, alta rotatividade, um processo de educação fragmentado, fragilidades nos processos de trabalho. (Minas Gerais, 2008) Faz-se, portanto, necessária a intensificação de ações que promovam a melhoria da qualidade dos serviços, o que, grosso modo, perpassa pela garantia de disponibilidade quantitativa de profissionais competentes, que detenham os conhecimentos, habilidades e atitudes adequadas às necessidades dos cidadãos e que tenham as condições necessárias para garantir o cuidado adequado e oportuno, gerando, inclusive, condições para a autonomia e o autocuidado.

Um importante desafio que se apresenta aos gestores do sistema de saúde, em Minas Gerais, é como proporcionar processos de educação permanente em larga escala, a custos suportáveis pelo sistema, com a melhor qualidade técnica e baseado na melhor evidência disponível. Neste sentido, não é possível prosseguir fazendo mais do mesmo, até porque as Instituições de Ensino e Pesquisa atualmente instaladas em MG não possuem capacidade instalada para atender de forma maciça às demandas de educação permanente. Portanto, faz-se necessário inovar, buscando fazer mais e melhor com os recursos atualmente disponíveis.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde tem como diretriz o uso de metodologias ativas nos processos de formação dos trabalhadores de saúde. (Brasil 2007)

Diante da dificuldade de se realizar ações presencialmente, seja pela distância, seja pelo quantitativo de profissionais e municípios no Estado, a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) investe em uma solução inovadora, já adotada em vários países desenvolvidos, que é o método da educação à distância.

Para tal, foi criado em 2008 o Canal Minas Saúde, rede multimídia (tecnologia televisiva associada às tecnologias de informática e rádio) com o intuito de desenvolver atividades de informação, educação e comunicação, em especial, a implantação do Programa de Educação Permanente a Distância. (Minas Gerais, 2014)

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é demonstrar como o Governo de Minas Gerais tem avançado nos processos de educação permanente mediante a adoção de alternativa adequada a suas especificidades, qual seja, a educação a distância por meio do Canal Minas Saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento dos profissionais da saúde é um ponto de suma importância para implementar um SUS democrático, equitativo e eficaz. Neste sentido, ações de educação permanente em saúde são percebidas como elemento fundamental na organização da atenção à saúde.

Destaca-se que as discussões a respeito de educação permanente em saúde se acentuaram a partir do ideário da Reforma Sanitária e, com a regulamentação do SUS, por meio das Leis nº 8.080/90 e 8.142/90 (BRASIL, 1990a, 1990b). Regulamentando o disposto no artigo 200 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei 8.080/90 propõe “ordenar a formação de recursos humanos” para área da saúde, determinando em seu artigo 27 que

política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, em cumprimento ao objetivo de organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal (BRASIL, 1990, s/p).

Com o intuito de superar as concepções tradicionais de educação, o Ministério da Saúde lançou em novembro de 2003 (e instituiu em fevereiro de 2004), por meio da Portaria nº 198/04, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), como uma proposta de ação estratégica que visa contribuir para transformar e qualificar as práticas de saúde, a organização das ações e dos serviços, os processos formativos e as práticas pedagógicas na formação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde (BRASIL, 2004b).

Destaca-se que a implementação da PNEPS implica em trabalho intersetorial capaz de articular o desenvolvimento individual e institucional, ações, serviços, gestão setorial e atenção à saúde, colocando em evidência a formação e o desenvolvimento para o SUS, na perspectiva da educação permanente (BRASIL, 2004a).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a educação permanente em saúde (EPS) está ancorada em uma perspectiva de educação que possibilita a construção de espaços coletivos para reflexão e avaliação das ações produzidas no cotidiano do trabalho, com vistas à constante melhoria da qualidade das ações e serviços de saúde prestados à população.

O Ministério da Saúde defende a educação permanente dos profissionais de saúde visando transformar as práticas educativas de formação, de gestão e de criação de políticas pública. (Oliveira, 2007)

Assim, a EPS contempla um processo educacional de aprendizagem no trabalho, acontecendo no cotidiano das pessoas e das organizações, levando em consideração os conhecimentos e as experiências já adquiridos pelas pessoas, e, portanto, contempla uma atualização cotidiana das práticas.

É essencial que a EPS permita que os trabalhadores, refletindo sobre o processo de trabalho, cumpram um papel crítico, inclusive sobre o modelo de atenção à saúde proposto.

A educação permanente também pode ser considerada como aprendizagem-trabalho, ou seja, ela acontece no cotidiano das pessoas e das organizações. Ela é elaborada a partir dos problemas apresentados no cotidiano das instituições e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já trazem na sua vivência profissional (OLIVEIRA, 2007, p.587).

Assim sendo, é consequente afirmar que a formação permanente dos profissionais é um dos fatores essenciais no sucesso do atendimento e eficácia dos serviços de saúde.

A sociedade contemporânea vivencia a era da informação e das tecnologias de comunicação, exigindo dos processos educativos, sejam presenciais ou à distância, novos

paradigmas, capazes de reduzir as limitações de comunicação, valorizando o indivíduo, estimulando e promovendo a interatividade e utilizando a tecnologia para favorecer o processo de aprendizagem.

Vivemos em uma sociedade repleta de novidades, que traz mudanças com velocidade impressionante. A tecnologia tem contribuído para a evolução dessa sociedade e também vem transformando-se a cada dia. As pessoas estão conectadas ao mundo em tempo real, rompendo as fronteiras geográficas que não mais fazem sentido (exemplos: transmissões “ao vivo”, telefones celulares, internet). no campo econômico a globalização tomou conta de tudo e de todos, gerando novas formas de trabalho, conhecimento e poder. Através da internet, milhões de usuários se conectam para trabalhar, divertir, relacionar, comprar e estudar. (Litto e Formiga, 2008)

No campo educacional, a modalidade a distância vem experimentando uma crescente expansão e maior institucionalização, podendo afirmar que a tecnologia tem provocado o processo de interiorização e democratização da educação, rompendo barreiras, diminuindo distâncias e aproximando as pessoas.

A Educação a Distância (EaD) tem sido utilizada recentemente como uma importante ferramenta da EPS no SUS. (Paim e Guimarães, 2009) A EPS tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados, contribuindo para o desenvolvimento permanente dos trabalhadores. Dessa forma, é possível perceber que as ações educacionais à distância no contexto da saúde pública podem trazer benefícios tanto para os usuários dos serviços, como para os profissionais e para as instituições.

A grande vantagem da utilização dessa modalidade é o fato dela possibilitar que o profissional de saúde pública permaneça na própria instituição sem afastá-lo por muito tempo das suas atividades de trabalho. Ademais, pode-se mencionar o fato desta modalidade oferecer aos alunos maior flexibilidade, agilidade no processo ensino-aprendizagem e espaço de participação e cooperação entre os membros. (Oliveira, 2007)

Entretanto, pode-se citar como desvantagens associadas à modalidade à distância, a dificuldade de acesso às tecnologias da comunicação, dificuldade em utilizar as ferramentas, escassez de tempo para desenvolver as atividades do curso, dificuldade de comunicação com os tutores, dentre outros (Oliveira, 2007). Os problemas relacionados à conectividade causados pela falta de acesso à internet também se constituem como desafios enfrentados no cotidiano do curso (RANGEL-S *et al.*, 2012).

Dessa forma, apesar das ressalvas citadas, a EaD se mostra como importante estratégia para a implementação da formação, do desenvolvimento e do fortalecimento do trabalho no SUS.

Especificamente em relação ao Canal Minas Saúde, destaca-se que esta estratégia tem como objetivos o desenvolvimento da educação permanente; a difusão das informações necessárias para o exercício do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS); a promoção da visibilidade do SUS pela população; a difusão de programas e vídeos educativos sobre a promoção e a prevenção de doenças pela sociedade; a disponibilização de informações, notícias, entrevistas e vídeos educativos para os usuários e os profissionais de saúde. (Marques, Riani e Linhares, 2010)

O modelo consiste na transmissão de imagens geradas no estúdio do Canal Minas Saúde para um satélite que capta e redistribui para toda a rede por meio de sinal codificado, captado e decodificado pela rede receptora. Atualmente, são mais de onze mil pontos de recepção do sinal, alcançando diferentes pontos de atenção à saúde, secretarias municipais de saúde, unidades regionais, entre outros, além de parcerias com a Secretaria de Estado de Educação e de Desenvolvimento Social.

Destaca-se que por meio da mídia radiofônica são desenvolvidas campanhas educativas e peças de radio dramaturgia voltadas para a comunidade de modo geral, dando ênfase aos aspectos de promoção à saúde e prevenção de riscos e agravos à saúde, além de entrevistas e notícias.

Em se tratando do projeto de comunicação da SES/MG, o Canal Minas Saúde transmite as reuniões mensais da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e do Conselho Estadual de Saúde (CES); lançamento de campanhas, ações, projetos e programas; gravação e transmissão de eventos; produções audiovisuais; entre outros, buscando dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido e promovido na área da saúde.

No que tange às ações educacionais, o modelo de educação a distância utiliza um misto de mecanismos de comunicação: a televisão e a internet, por meio do Portal Minas Saúde. Com a televisão e a exibição de aulas, busca-se o atendimento simultâneo de todos os participantes/profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A utilização da internet confere um grau maior de interatividade entre educandos e educadores, por meio de tutoria ativa, proporcionando oportunidade de aprendizado (BONTEMPO; DALMAS, 2010).

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência acerca da iniciativa inovadora da SES/MG no desenvolvimento do programa de educação permanente, na modalidade a distância, por meio da criação do Canal Minas Saúde.

Para a sustentação deste trabalho foi realizada revisão de literatura voltada para as questões de “Educação” que estivessem permeadas na temática Educação Permanente em Saúde e Educação a Distância, buscando embasar a fundamentação teórica.

RESULTADOS

Dados disponibilizados pela SES/MG apontam que, de 2009 a 2013, foram emitidos pelo Canal Minas Saúde 156.398 certificados, sendo 4.232 para profissionais que atuam em outros estados da federação e 152.166 para profissionais que atuam em Minas Gerais.

No período de 2011 a 2013 foram ofertados 35 cursos na modalidade a distância, utilizando a integração de multimídia da televisão e da internet. Os cursos foram estruturados com diferentes temáticas, objetivos, públicos e cargas horárias, sendo que alguns se repetiram no decorrer dos três anos.

Tais dados demonstram que um número significativo de profissionais teve a oportunidade de ampliar seus conhecimentos técnicos e profissionais, por meio do Canal Minas Saúde, em cursos que contemplam diversas áreas.

O Canal Minas Saúde busca fortalecer a integração ensino-serviço, considerando que as videoaulas são exibidas no próprio local e horário de trabalho, abordando temáticas direcionadas à prática profissional, além de o uso da internet favorecer a socialização do saber e a assimilação do conhecimento. (Marques e Tavares Júnior, 2010)

Destaca-se, ainda, que essa estratégia possibilita a redução de custos em relação aos momentos presenciais, por trabalhar com uma proposta de larga escala de educandos, em seus locais de residência e trabalho. O sistema gera economia, ao dispensar os deslocamentos dos profissionais entre o local de serviço e a sala de aula, apesar do dispêndio maior de recursos na fase de estruturação. Ademais, na medida em que contribui para a capacitação dos profissionais, contribui para sua permanência nos municípios do interior do Estado. (Marques e Tavares Júnior, 2010)

Percebe-se que a opção pelo Canal Minas Saúde possibilita um processo educacional que privilegia a agilidade, a acessibilidade, a uniformidade da linguagem, a qualidade e, por fim, a redução de custos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se com as atividades desenvolvidas pelo Canal Minas Saúde alcançar o maior número possível de profissionais em seus programas de educação, de modo uniforme, ágil, estimulante, com linguagem acessível e, acima de tudo, de maneira reflexiva.

Trata-se de alternativa adequada aos desafios identificados como o tamanho do Estado de Minas Gerais, com sua grande extensão territorial e o grande número de municípios.

Dessa forma, pode-se dizer que este processo potencializa a circulação do conhecimento, tornando-se inclusivo na medida em que proporciona a todos a mesma oportunidade de acesso ao processo de aprendizagem, além do menor custo, promovendo a qualificação em serviço dos trabalhadores da saúde.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Bontempo VL, Dalmas S. Canal Minas Saúde: a comunicação e a educação em saúde em Minas Gerais. In: 16º CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, Foz do Iguaçu, Paraná, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

Brasil. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990a.

Brasil. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 1990b.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2007.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

Litto F, Formiga M. (orgs). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: ABED – Associação Brasileira de Educação à Distância, 2008.

Marques AJS, Tavares Júnior FA. A implantação do Canal Minas Saúde e o uso da educação à distância como estratégia para garantir a qualificação no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais. In: III CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, Painel 24/092, Brasília, 2010.

Minas Gerais. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Implantação do Plano Diretor da Atenção Primária à Saúde: Redes de Atenção à Saúde. Belo Horizonte: ESPMG; 2008.

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde. Canal Minas Saúde. Disponível em: < <http://www.canalminassaude.com.br/institucional/quem-somos/> >. Acesso em: 02 jun. 2014.

Oliveira MAN. Educação à distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios. Revista Brasileira de Enfermagem. 2007 set/out; 60(5): 585-589.

Paim MC, Guimarães JMM. Importância da formação de docentes em EAD no processo de educação permanente para trabalhadores do SUS na Bahia. Revista Baiana. 2009 jan/mar; 33(1): 94-103.

Rangel-S ML, *et al.* Redes de aprendizagem colaborativa: contribuição da Educação a Distância no processo de qualificação de gestores do Sistema Único de Saúde - SUS. Interface. 2012 fev/jun; 16(41): 545-555.